



Outubro/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Judiciária** **Especialidade Execução de Mandados**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

S.P.O.P.
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

[Entre falar e escrever]

Antigamente os professores de ginásio ensinavam a escrever mandando fazer redações que puxavam insensivelmente para a grandiloquência, o preciosismo ou a banalidade: descrever uma floresta, uma tempestade, o estouro da boiada; comentar os males causados pelo fumo, o jogo, a bebida; dizer o que pensa da pátria, da guerra, da bandeira. Bem ou mal, íamos aprendendo, sobretudo porque naquele tempo os professores tinham tempo para corrigir os exercícios escritos (o meu chegava a devolver os nossos com igual número de páginas de observações e comentários a tinta vermelha; que Deus o tenha no céu dos bons gramáticos). Mas o efeito podia ser duvidoso. Lembre-se por analogia o começo do romance **S. Bernardo**, de Graciliano Ramos. O rústico fazendeiro Paulo Honório quer contar a própria vida, mas sendo homem sem instrução, imagina um método prático: contaria os fatos ao jornalista local e este redigiria. No entanto... Leiamos:*

O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do jornal apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras que me zanguei: – Vá para o inferno, Gondim. Você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota! Há lá ninguém que fale dessa forma!

O jornalista observa então que “um artista não pode escrever como fala”, e ante o espanto de Paulo Honório, explica:

– Foi assim que sempre se fez. A literatura é literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia.

*Então Paulo Honório põe mãos à obra do seu jeito, “escreve como fala” e resulta o romance **S. Bernardo**, um clássico de Graciliano Ramos.*

(Adaptado de Antonio Candido, **O albatroz e o chinês**)

* **Ginásio:** antiga denominação de período escolar, que hoje corresponde às quatro últimas séries do ensino fundamental.

1. O autor do texto deixa ver que seus professores no ginásio acabavam valorizando, numa redação,
 - (A) formas concisas de expressão e ousada inventividade linguística.
 - (B) ostentação retórica e correta abordagem de temas educativos e cívicos.
 - (C) valores morais edificantes e expressões em nível bastante coloquial.
 - (D) rigorosa correção ortográfica e originalidade na condução de temas polêmicos.
 - (E) o cultivo do pensamento autocrítico e discricção quanto ao estilo praticado.
2. Ao lembrar que *o efeito podia ser duvidoso*, o autor do texto está aventando a hipótese de que, nas redações,
 - (A) as banalidades decorriam do fato de os alunos não terem aceitado as orientações dos professores.
 - (B) alguns fracassos originavam-se do fato de que os temas eram por demais complexos para a faixa etária dos alunos.
 - (C) expressavam-se muitas dúvidas quanto a ser mais desejável a grandiloquência do que o despojamento da linguagem.
 - (D) nem sempre era muito positivo o saldo final das atividades exercidas pelos mestres e pelos alunos.
 - (E) o que parecia ser um defeito ou uma impropriedade era, na verdade, o resultado de um excessivo domínio da língua.
3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Os dois trechos citados de **S. Bernardo** ilustram posições antagônicas quanto a atributos que devem marcar a linguagem literária.
 - II. A linguagem do primeiro trecho citado de **S. Bernardo** não satisfaz os requisitos preciosistas impostos pelos antigos professores de ginásio.
 - III. Deduz-se que o jornalista Gondim é um adepto da linguagem direta e simples, havendo mostrado um estilo “pernóstico” apenas para atender o gosto pessoal de Paulo Honório.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.



4. Considerando-se o contexto, indica-se corretamente o sentido assumido por um elemento do texto em:
- (A) *Lembre-se por analogia* = volte-se por contraste
- (B) *puxavam insensivelmente* = tendiam imperceptivelmente
- (C) *acanalhou o troço* = subestimou nosso estilo
- (D) *arranjar palavras com tinta* = passar a limpo um texto
- (E) *põe mãos à obra do seu jeito* = tenciona compor convencionalmente
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Interessava aos antigos professores de português suscitar nos alunos o gosto pelos efeitos de retórica nas redações.
- (B) A nenhum dos professores do ginásio ocorreriam imaginar que a linguagem falada pode ser um registro de alto valor estético.
- (C) Nos dois trechos citados de Graciliano Ramos encontram-se elementos da linguagem falada a que não faltam vivacidade.
- (D) O autor faz votos de que aos bons gramáticos se reservem, por justas razões, acomodação privilegiada no céu.
- (E) Graças às convicções de que Graciliano não abriam mão, acabou produzindo uma obra-prima em estilo seco e incisivo.
-
6. Paulo Honório (**querer**) contar a própria vida, mas, julgando que não o (**conseguir**), (**pedir**) ao jornalista Gondim que o (**fazer**).
- Os verbos indicados entre parênteses estarão adequadamente correlacionados na frase acima caso se flexionem nas seguintes formas:
- (A) quisera – conseguirá – pedisse – faria
- (B) queria – conseguiria – pediu – fizesse
- (C) queria – conseguisse – pedia – faça
- (D) quis – consegue – pede – fizesse
- (E) quis – conseguiu – pediu – faça
-
7. A transposição para a voz ativa da frase *Foi assim que sempre se fez a literatura* tem como resultado:
- (A) Sempre foi assim que a literatura fez.
- (B) Assim é que sempre foi feita a literatura.
- (C) Terá sido feito sempre assim, a literatura.
- (D) Foi sempre assim que a literatura tem feito.
- (E) Foi assim que sempre fizeram a literatura.
-
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre texto:
- (A) Muita gente imagina que literatura é aonde se escreve como se fala, embora hajam autores que consigam fazê-lo com arte.
- (B) O gosto literário dos antigos professores de portugueses não suscitava qualquer dúvida quanto ao brilho da retórica exagerada.
- (C) A formulação mesma dos temas de redação era um indubitável encaminhamento do aluno para o estilo grandiloquente.
- (D) A linguagem rude de Paulo Honório não desestimulou-lhe de escrever um romance que se notabilizaria como literário.
- (E) Embora Graciliano Ramos ache mais preferível uma linguagem concisa do que a empolada, ele é um escritor bastante culto.
-
9. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado, na verdade a pompa retórica indicia, o vazio do pensamento.
- (B) Para o gosto moderno, a grandiloquência, não surge, ao contrário de outras épocas como prova de gosto refinado, na verdade a pompa retórica indicia: o vazio do pensamento.
- (C) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge, ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado; na verdade, a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- (D) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge, ao contrário de outras épocas como prova de gosto refinado, na verdade, a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- (E) Para o gosto, moderno, a grandiloquência, não surge, ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado: na verdade a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
-
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Não deu certo o tal do método prático em cuja eficiência Paulo Honório chegou a acreditar.
- (B) Para o jornalista, a criação da língua literária requer uma técnica sofisticada em que nenhum escritor pode abdicar.
- (C) Quando Paulo Honório leu os dois capítulos datilografados, sentiu neles um artificialismo verbal de que jamais toleraria.
- (D) Se literatura fosse um arranjo de palavras difíceis, os dicionaristas fariam poemas de cujo brilho ninguém superaria.
- (E) A linguagem com que Paulo Honório de fato aspirava era simples, direta, e não uma coleção de figuras retóricas.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto que segue.

Da idade

Sou de opinião que aos vinte anos nosso espírito já se desenvolveu completamente, já é o que será e mostra o de que é capaz. O espírito que até essa idade não deu demonstração evidente de sua fortaleza nunca o dará mais tarde. As qualidades e virtudes de nossa natureza já revelaram, então, o que têm de rigoroso e belo – ou nunca o revelarão. “Se o espinho não pica ao nascer, bem pouco ou nada picará”, já se disse.

As mais belas ações que conheço, deste século ou dos séculos passados, foram praticadas antes dos trinta anos. Quanto a mim, creio ser evidente que meu espírito e meu físico antes diminuíram, depois dessa idade, que aumentaram em força e em lucidez. É o que me leva a considerar desajustadas as nossas leis, não porque nos deixam trabalhar até uma idade demasiado avançada, mas por não o permitirem suficientemente cedo.

(Adaptado de Montaigne, **Ensaaios**)

11. Entre os dois parágrafos do texto estabelece-se uma relação coerente, que deve ser assim traduzida:

- (A) como nosso espírito se fragiliza depois dos vinte anos, é preciso trabalhar até uma idade avançada.
- (B) já que as forças do espírito se manifestam muito cedo, deve-se evitar o trabalho na velhice.
- (C) nos casos de precocidade criativa, os jovens devem deixar de confiar excessivamente no futuro.
- (D) uma vez que nosso espírito se define muito cedo, melhor seria aproveitá-lo em sua plena juventude.
- (E) nos casos de senilidade precoce, devem os velhos afastar-se em benefício dos jovens.

12. No contexto, o sentido do provérbio “*Se o espinho não pica ao nascer, bem pouco ou nada picará*” encontra equivalência em:

- (A) O que cedo não se revela jamais se revelará.
- (B) A cada dia devem bastar seus próprios males.
- (C) Não se pode apressar a natureza.
- (D) A vigilância contínua é o caminho do sucesso.
- (E) Mais vale o próximo possível que o ideal distante.

13. Deve-se **corrigir**, por falha estrutural, a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montaigne vale-se de sua experiência pessoal para argumentar em favor de um melhor aproveitamento do trabalho dos jovens.
- (B) Muitos acreditam, como Montaigne, que o nosso espírito se define cedo e que pouco a ele acrescentará a passagem do tempo.
- (C) Como se acredita que logo se defina o espírito dos jovens, razão pela qual há quem os queira trabalhando mais cedo.
- (D) A crítica que faz Montaigne às leis diz respeito às restrições que elas impõem ao aproveitamento do trabalho dos mais jovens.
- (E) Será que um lento aprendizado, proporcionado pelas experiências, vale menos do que as inclinações naturais?

14. Nosso espírito logo se define, logo se agregam ao nosso espírito as marcas que distinguirão nosso espírito para sempre, já que nunca faltarão ao nosso espírito os impulsos determinantes da natureza.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) agregam-no – lhe distinguirão – lhe faltarão
- (B) agregam-lhe – lhe distinguirão – faltar-lhe-ão
- (C) agregam a ele – lhe distinguirão – lhe faltarão
- (D) o agregam – o distinguirão – o faltarão
- (E) lhe agregam – o distinguirão – lhe faltarão

15. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As vocações se revelam desde muito cedo.
- II. Não há vocações tardias.
- III. Os jovens devem trabalhar logo.

Essas afirmações estão articuladas de modo correto, claro e coerente em:

- (A) Como desde muito cedo os jovens se revelam, suas vocações para o trabalho não devem de ser tardias.
- (B) Uma vez que não há vocações tardias, os jovens devem trabalhar desde cedo, conquanto logo se revelem.
- (C) Como não há vocações tardias, dado que muito cedo já se revelam, devem os jovens trabalhar logo.
- (D) Logo devem os jovens trabalharem, visto que não havendo vocações tardias, desde cedo elas se revelam.
- (E) Sendo que não há vocações tardias, os jovens devem logo trabalhar, já que aquelas se revelam desde muito cedo.

**Noções de Informática**

16. Sobre *hardware* e *software*, analise:

- I. ROM são memórias de baixa velocidade localizadas em um processador que armazena dados de aplicações do usuário para uso imediato do processador.
- II. O tempo de execução do computador é medido em ciclos; cada ciclo representa uma oscilação completa de um sinal elétrico fornecido pelo gerador de relógio do sistema. A velocidade do computador geralmente é dada em GHz.
- III. O processador é um componente de *hardware* que executa um fluxo de instruções em linguagem de máquina.
- IV. Um aplicativo é primariamente um gerenciador de recursos do computador, seu projeto está intimamente ligado aos recursos de *software* e *hardware* que devem gerenciar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

17. No *Windows XP*, para formatar um disco é necessário selecionar um sistema de arquivos. O sistema de arquivos nativo do *Windows XP*, adequado inclusive para unidades de disco grandes e que permite compressão e criptografia de arquivo é conhecido como

- (A) FAT16.
- (B) FAT32.
- (C) FAT64.
- (D) NTFS.
- (E) MFT.

18. No *Word 2010*, é possível localizar-se rapidamente em documentos longos, reorganizar com facilidade os documentos arrastando e soltando seções em vez de copiar e colar, além de localizar conteúdo usando a pesquisa incremental. Para isso é necessário

- (A) clicar na opção Localizar da guia Exibição.
- (B) habilitar o Painel de Navegação clicando na guia Exibição e marcando a opção Painel de Navegação.
- (C) clicar na opção Pesquisa Incremental da guia Pesquisa.
- (D) exibir o Painel de Navegação clicando na guia Inserir pesquisa.
- (E) habilitar o Painel de Localização clicando na guia Inserir e marcando a opção Painel de Localização.

19. É um exemplo de URL (*Uniform Resource Locator*) INCORRETO:

- (A) smtp://www.map.com.br/força/brasil.html
- (B) https://www.uni.br/asia/china.php
- (C) http://dev.doc.com/downloads/manuais/doc.html
- (D) ftp://ftp.foo.com/home/foo/homepage.html
- (E) file://localhost/dir2/file.html

20. Sobre segurança da informação é correto afirmar:

- (A) Os usuários de sistemas informatizados, devem ter acesso total aos recursos de informação da organização, sendo desnecessário a utilização de *login* e senha.
- (B) As organizações não podem monitorar o conteúdo dos *e-mails* enviados e recebidos pelos seus colaboradores e nem utilizar esses dados para fins de auditoria e/ou investigação.
- (C) É possível saber quais páginas foram acessadas por um computador, identificar o perfil do usuário e instalar programas espíões, entretanto, não é possível identificar esse computador na Internet devido ao tamanho e complexidade da rede.
- (D) Para criar senhas seguras é indicado utilizar informações fáceis de lembrar, como nome, sobrenome, número de documentos, números de telefone, times de futebol e datas.
- (E) Um *firewall*/roteador ajuda a promover uma navegação segura na *web*, pois permite filtrar os endereços e bloquear o tráfego de *sites* perigosos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o direito adquirido
- (A) é a expectativa de direito.
 - (B) é a situação fática consumada independentemente de previsão na legislação.
 - (C) emana diretamente da lei em favor de um titular.
 - (D) é o direito que já se integrou ao patrimônio e que já foi exercido.
 - (E) é o ato jurídico *stricto sensu*.

22. No tocante à Administração Pública, as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio, e
- (A) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
 - (B) a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, não asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.
 - (C) a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta, regulando genericamente a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.
 - (D) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, não sendo cabível ação penal.
 - (E) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, pois cabe ao próprio agressor o dever de indenizar.

23. O projeto de lei aprovado por uma Casa do Congresso Nacional será revisto pela outra, em
- (A) dois turnos de discussão e votação e enviado o veto se a Casa revisora o rejeitar e sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.
 - (B) dois turnos de discussão e votação e enviado o veto se a Casa revisora o rejeitar.
 - (C) dois turnos de discussão e um só turno de votação e enviado à sanção se a Casa revisora o aprovar.
 - (D) dois turnos de discussão e um só turno de votação e enviado o veto se a Casa revisora o rejeitar em parte, sendo projeto emendado e voltará à Casa revisora para nova votação.
 - (E) um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

24. Lírio, Presidente da República, no intuito de dar um golpe de Estado, ordenou ao Exército que fechasse o Congresso Nacional e todos os Tribunais do país, impedindo o exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Passados vinte dias de intensa revolta popular, Lírio percebeu que sua tentativa de golpe havia fracassado e temeroso por perder seu cargo reconsiderou sua ordem, restabelecendo as atividades do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Segundo disposto na Constituição Federal, Lírio cometeu

- (A) infração penal comum e será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) crime de responsabilidade e será submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- (C) crime de responsabilidade e será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, cujo recurso será dirigido ao Colegiado formado por membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.
- (D) infração penal comum e será submetido a julgamento perante o Senado Federal, cujo recurso será dirigido ao Colegiado formado por membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.
- (E) crime de responsabilidade e será submetido a julgamento perante a Comissão formada por membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

25. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei,

- (A) em regra, a exploração da atividade econômica, sendo determinante ao setor privado.
- (B) o planejamento, sendo determinante para o setor privado.
- (C) a fiscalização, sendo determinante para o setor privado.
- (D) as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (E) a fiscalização intensiva sobre o setor privado, assumindo, em regra, a exploração direta da atividade econômica.

Direito Administrativo

26. NÃO constitui característica do poder hierárquico:
- (A) delegar atribuições que não lhe sejam privativas.
 - (B) dar ordens aos subordinados, que implica o dever de obediência, para estes últimos, salvo para as ordens manifestamente ilegais.
 - (C) controlar a atividade dos órgãos inferiores, tendo o poder de anular e de revogar atos administrativos.
 - (D) avocar atribuições, desde que estas não sejam da competência exclusiva do órgão subordinado.
 - (E) editar atos normativos que poderão ser de efeitos internos e externos.



27. A Administração Pública, no exercício de seu poder de polícia, aplicou multa a munícipe por infração ao ordenamento jurídico. Não ocorrendo o pagamento espontaneamente pelo administrado, a Administração decide praticar imediatamente e, de forma direta, atos de execução, objetivando o recebimento do valor. A conduta da Administração Pública
- (A) está correta, tendo em vista o atributo da coercibilidade presente nos atos de polícia administrativa.
- (B) não está correta, tendo em vista que nem todas as medidas de polícia administrativa têm a característica da autoexecutoriedade.
- (C) está correta, tendo em vista o atributo da imperatividade existente nos atos de polícia administrativa.
- (D) não está correta, tendo em vista que os atos de polícia administrativa são vinculados e, portanto, inexiste discricionariedade na atuação da Administração Pública.
- (E) está correta, tendo em vista a prerrogativa da Administração de praticar os atos de polícia administrativa e colocá-los em imediata execução, sem dependência à manifestação judicial.
-
28. Os atos administrativos
- (A) discricionários não podem ser objeto de anulação.
- (B) vinculados podem ser objeto de revogação.
- (C) ilegais não podem ser objeto de convalidação.
- (D) ilegais não podem ser objeto de revogação.
- (E) vinculados não podem ser objeto de anulação.
-
29. Quanto à classificação dos órgãos públicos, considere as seguintes assertivas:
- I. Órgãos públicos "locais" são aqueles que atuam sobre uma parte do território, como as Delegacias Regionais da Receita Federal, as Delegacias de Polícia, os Postos de Saúde, entre outros.
- II. Os órgãos públicos denominados superiores são órgãos de direção, controle e comando; gozam de autonomia administrativa e financeira.
- III. A Presidência da República e a Diretoria de uma escola são exemplos de órgãos públicos singulares.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
-
30. Em determinado edital de licitação, foi previsto o critério de menor preço para a escolha do vencedor do certame. No entanto, o licitante que apresentou a proposta de menor preço foi preterido no julgamento, tendo sido adjudicado ao licitante que apresentou o quinto maior preço. A justificativa da Administração Pública foi no sentido de que escolheu a proposta mais vantajosa, que nem sempre coincide com a de menor preço. A conduta da Administração Pública
- (A) está correta, tendo em vista a necessidade de respeito ao princípio da adjudicação compulsória.
- (B) está correta, pois ela deve buscar sempre a seleção da proposta mais vantajosa.
- (C) não está correta, por implicar em violação ao princípio da finalidade.
- (D) não está correta, por implicar em violação ao princípio do julgamento objetivo.
- (E) está correta, pois ela deve buscar sempre o respeito ao princípio da impessoalidade.
-
31. O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no
- (A) primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.
- (B) primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a sessenta dias da publicação.
- (C) trigésimo dia útil após o término do impedimento, que poderá exceder a noventa dias da publicação.
- (D) quinto dia útil após o término do impedimento, que poderá exceder a trinta dias da publicação.
- (E) quinto dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a sessenta dias da publicação.
-
32. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:
- (A) Considera-se entidade a unidade de atuação desprovida de personalidade jurídica.
- (B) É dever dos administrados formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (C) Os preceitos desta lei se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, somente no desempenho de função administrativa.
- (D) Um dos critérios assegurados é a possibilidade de aplicação retroativa de nova interpretação.
- (E) Os preceitos da lei constituem normas básicas sobre o processo administrativo, destinadas apenas à Administração Federal direta.



33. Analise as seguintes assertivas acerca do Controle da Administração Pública, especificamente sobre o Controle Legislativo:
- I. O controle que o Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública tem que se limitar às hipóteses previstas na Constituição Federal.
- II. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros, como, por exemplo, o poder sancionatório.
- III. O Controle Legislativo envolve dois tipos de controle: o político e o financeiro; o controle político, como a própria nomenclatura evidencia, abrange apenas aspectos de mérito, e não de legalidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) I e II.
(C) II.
(D) II e III.
(E) III.
34. João, Prefeito de determinado Município, realizou contratação direta de empresa, isto é, sem a realização do respectivo procedimento licitatório, fora das hipóteses legais que autorizam a dispensa de licitação. Referida conduta, para caracterizar ato ímprobo, previsto no artigo 10, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa),
- (A) exige obrigatoriamente enriquecimento ilícito de João.
(B) independe de ocorrência de lesão ao erário.
(C) exige ação apenas dolosa de João.
(D) independe de qualquer elemento subjetivo.
(E) exige ação dolosa ou culposa de João.
- Direito Civil**
35. A respeito dos bens, é correto afirmar:
- (A) Uma biblioteca é considerada universalidade de direito e, como tal, é considerada bem indivisível.
(B) As terras devolutas, por serem coisas que não têm dono e pertencem ao Estado, são consideradas bens móveis.
(C) As benfeitorias voluptuárias, de mero deleite ou luxo, de um imóvel são desprovidas de existência material própria e consideradas bens imóveis.
(D) A energia elétrica é bem de uso comum do povo, divisível e considerada imóvel por determinação legal.
(E) Tudo o que for incorporado ao solo de forma natural e permanente, como uma árvore, é considerado bem móvel.
36. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, esta suspensão só aproveitará os demais se a obrigação for
- (A) indivisível.
(B) alternativa.
(C) divisível.
(D) de dar coisa certa.
(E) de fazer.
37. A compensação
- (A) pode ocorrer entre dívida proveniente de esbulho e dívida decorrente de comodato.
(B) efetua-se entre dívidas líquidas e vencidas de coisas infungíveis.
(C) não pode ser feita se o credor concedeu prazo de favor ao devedor.
(D) da dívida do fiador pode ser feita com a de seu credor ao afiançado.
(E) de dívida de pessoa que se obrigou por terceiro pode ser feita com a que o credor dele lhe dever.
38. De acordo com o Código Civil brasileiro, no contrato de locação de coisas
- (A) a locação por tempo determinado não cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, exigindo que o locatário seja notificado.
(B) se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, ou do a que se destina, poderá o locador, além de rescindir o contrato, exigir perdas e danos.
(C) a locação por tempo determinado cessa de pleno direito se ocorrer a morte do locador ou do locatário.
(D) se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel e pelo mesmo prazo.
(E) em se tratando de imóvel alienado durante a locação, o locador só poderá despejar o locatário e reaver o imóvel observado o prazo de trinta dias após a notificação.
39. No que concerne à responsabilidade civil é INCORRETO afirmar que a indenização
- (A) no caso de lesão ou outra ofensa à saúde consistirá no pagamento das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até o fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.
(B) poderá ser reduzida, equitativamente, pelo juiz se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
(C) será fixada tendo em conta a gravidade da culpa da vítima em confronto com a do autor do dano se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso.
(D) por ofensa à liberdade pessoal, se o ofendido não puder provar prejuízo, será fixada equitativamente pelo juiz, na conformidade das circunstâncias do caso.
(E) consistirá, havendo usurpação ou esbulho do alheio, se a restituição da coisa não for possível, na restituição do equivalente, estimado pelo valor de afeição, ainda que este se avante ao seu preço ordinário.



Direito Processual Civil

40. Quanto aos prazos dos atos processuais, é correto afirmar:

- (A) A retirada indevida dos autos do cartório por uma das partes suspende o curso do prazo para a parte contrária, caso em que o prazo será restituído por tempo igual ao que faltava para a sua complementação.
- (B) Os prazos dilatatórios não podem ser reduzidos ou prorrogados pelas partes, ainda que o acordo se fundar em motivo legítimo.
- (C) Computa-se em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for beneficiária da assistência judiciária.
- (D) O Ministério Público tem direito ao prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer quando atua como fiscal da lei e não quando atua como parte.
- (E) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, terão direito ao prazo em dobro para contestar, exceto se apenas um deles apresentar contestação, caso em que o prazo será simples.

41. No que concerne às exceções, é certo que

- (A) a exceção de incompetência pode ser arguida tanto pelo réu como pelo autor.
- (B) o recebimento da exceção acarreta a suspensão do processo, até que seja definitivamente julgada.
- (C) o assistente litisconsorcial não tem legitimidade para arguir exceção de impedimento ou de suspeição.
- (D) na exceção de incompetência é permitida somente prova documental, sendo vedada a inquirição de testemunhas.
- (E) quando for apresentada exceção de impedimento ou de suspeição, é defeso ao juiz se declarar impedido ou suspeito, devendo sempre ordenar a remessa dos autos ao tribunal.

42. Na fase de cumprimento da sentença, a impugnação

- (A) obsta, por si só, o prosseguimento da execução, tendo sempre efeito suspensivo.
- (B) está sujeita a distribuição e o seu processamento ao recolhimento de custas.
- (C) poderá versar sobre qualquer matéria que poderia ter sido alegada na fase de conhecimento, mas não o foi.
- (D) depende de prévia segurança do juízo para ser admitida.
- (E) poderá versar sobre falta ou nulidade de citação, se o processo correu à revelia.

43. A respeito da ação rescisória, considere:

- I. A propositura de ação rescisória autoriza o juízo de primeiro grau, com base no poder geral de cautela, a suspender a execução.
- II. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação rescisória para desconstituir a coisa julgada quando resultou de colusão entre as partes a fim de fraudar a lei.
- III. Na ação rescisória podem ser concedidas, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

44. Na execução de obrigação de fazer, a multa coercitiva

- (A) pode ocorrer em qualquer periodicidade, não estando o juiz obrigado a fixá-la por dia de atraso.
- (B) não poderá ser ordenada pelo juiz de ofício.
- (C) só é cabível se a prestação pretendida for fungível.
- (D) se o valor da multa estiver previsto no título executivo, o juiz não poderá reduzi-lo, mesmo se reputá-lo excessivo.
- (E) não pode ser fixada de forma progressiva.

45. Considere:

- I. Pode recair sobre quaisquer bens passíveis de penhora do devedor que tem domicílio e, caindo em insolvência, põe ou tenta pôr seus bens em nome de terceiros, afim de frustrar a execução ou lesar credores.
- II. Pode recair sobre os frutos e rendimentos do imóvel reivindicando, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar.
- III. Pode destinar-se à constrição de pessoa ou de coisa específica.

Tais afirmativas dizem respeito, respectivamente,

- (A) ao arresto, ao sequestro e à busca e apreensão.
- (B) ao sequestro, à busca e apreensão e ao arresto.
- (C) à busca e apreensão, ao sequestro e ao arresto.
- (D) ao arresto, à busca e apreensão e ao sequestro.
- (E) ao sequestro, ao arresto e à busca e apreensão.

**Direito do Trabalho**

46. O princípio que possui como propósito tentar corrigir desigualdades, criando uma superioridade jurídica em favor do empregado diante da sua condição de hipossuficiente é especificamente o princípio da

- (A) dignidade da pessoa humana.
- (B) condição mais benéfica.
- (C) primazia da realidade.
- (D) proteção.
- (E) boa-fé.

47. Vivi e Duda são irmãs e empregadas da empresa X. Hoje, faleceu o marido de Vivi. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) apenas Vivi poderá deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, tratando-se de caso de interrupção do contrato de trabalho.
- (B) Vivi e Duda poderão deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, tratando-se de caso de suspensão do contrato de trabalho.
- (C) apenas Vivi poderá deixar de comparecer ao serviço por até três dias consecutivos, tratando-se de caso de interrupção do contrato de trabalho.
- (D) Vivi e Duda poderão deixar de comparecer ao serviço por até três dias consecutivos, tratando-se de caso de interrupção do contrato de trabalho.
- (E) apenas Vivi poderá deixar de comparecer ao serviço por até cinco dias consecutivos, tratando-se de caso de suspensão do contrato de trabalho.

48. Carmelita, empregada da empresa Doce Amor, desrespeitou norma geral de sua empregadora quando reutilizou o mesmo uniforme durante toda a semana. Neste caso, Carmelita

- (A) não está sujeita a dispensa por justa causa uma vez que não praticou qualquer ato configurador deste tipo de dispensa segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de insubordinação.
- (C) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de indisciplina.
- (D) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de desídia.
- (E) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de incontinência de conduta.

49. Ana, Bruna, Camila e Doralice são empregadas da empresa Meninas. Hoje, a variação diária de horário no registro de ponto das empregadas foi a seguinte: Ana: 7 minutos; Bruna: 16 minutos; Camila: 5 minutos e Doralice: 4 minutos. Nestes casos, não serão descontadas e nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto APENAS de

- (A) Ana e Bruna.
- (B) Bruna.
- (C) Camila e Doralice.
- (D) Doralice.
- (E) Ana, Camila e Doralice.

50. No tocante às *horas in itinere*, considere:

- I. Afasta o direito às *horas in itinere* o fato do empregador não cobrar pelo fornecimento do transporte para local de difícil acesso.
- II. A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento das *horas in itinere*.
- III. A Consolidação das Leis do Trabalho, permite o desconto de 10% dos gastos com transporte do empregado quando do pagamento das *horas in itinere*.
- IV. Se o transporte regular existir, mas em horário incompatível com a jornada de trabalho do obreiro, este terá direito ao pagamento das *horas in itinere*.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e IV.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) IV.

51. Suzy, Eliana e Raquel são amigas e empregadas da empresa Amor-Perfeito. Elas pretendem fazer uma viagem juntas de 20 dias pela Europa para comemorar o aniversário de 60 anos de Raquel. Considerando que Susy possui 49 anos e Eliana 51 anos, é certo que a empresa Amor-Perfeito

- (A) está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, vedado o fracionamento apenas das férias de Raquel.
- (B) não está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador, vedado o fracionamento das férias de Suzy, somente.
- (C) está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, sendo permitido o fracionamento das férias em qualquer hipótese.
- (D) não está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador, vedado o fracionamento das férias de Eliana e Raquel.
- (E) está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, sendo vedado o fracionamento das férias em qualquer hipótese.



52. No tocante a proteção ao trabalho da mulher, em especial a proteção à maternidade, é certo que
- (A) os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de duas semanas cada um, mediante atestado médico.
 - (B) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de, no máximo, uma semana, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.
 - (C) para amamentar o próprio filho, em regra, até que este complete seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a um descanso especial, de noventa minutos.
 - (D) os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, duas saletas de amamentação e duas instalações sanitárias.
 - (E) em caso de parto antecipado, a mulher terá direito a licença maternidade reduzida e proporcional ao tempo de antecipação comparado com a gestação a termo.

Direito Processual do Trabalho

53. Com relação às provas no Direito Processual do Trabalho, considere:
- I. A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
 - II. A prova do contrato de trabalho pode ser realizada por qualquer meio admitido em direito, sendo relativa a veracidade das anotações lançadas na CTPS do empregado.
 - III. É ônus do empregador que conta com mais de 10 empregados o registro da jornada de trabalho na forma da lei.
 - IV. No tocante as testemunhas, em regra, a incapacidade e o impedimento são de ordem subjetiva e a suspeição de ordem objetiva, sendo suspeita a testemunha que for cônjuge do reclamante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.
54. Com relação ao procedimento sumaríssimo, considere:
- I. Em regra, independentemente da complexidade da causa, ficam sujeitos ao rito sumaríssimo as causas cujo valor seja superior a 2 e inferior a 40 salários mínimos.
 - II. Ficam excluídas do rito sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública Fundacional.
 - III. Ficam excluídas do rito sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública Autárquica.
 - III. O pedido poderá ser incerto desde que possibilite a regular liquidação de sentença para a execução do julgado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

55. O inquérito judicial para apuração de falta grave
- (A) deverá se instaurado dentro de 90 dias contados da data da suspensão do empregado.
 - (B) deverá se instaurado dentro de 180 dias contados da data da suspensão do empregado.
 - (C) que for julgado procedente rescindir o contrato de trabalho por culpa do empregado, constando a data do trânsito em julgado da sentença como a data da efetiva rescisão.
 - (D) possui natureza de ação constitutiva negativa ou desconstitutiva do contrato de trabalho.
 - (E) permite a oitiva de, no máximo, três testemunhas para cada parte, devendo as mesmas comparecerem independente de intimação.



56. O prazo para contestação da ação rescisória é fixado
- (A) em 8 dias pela Consolidação dos Leis do Trabalho.
 - (B) em 8 dias através de súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) pelo relator sendo no mínimo de 10 dias e no máximo de 15 dias.
 - (D) em 10 dias através de súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) pelo relator sendo no mínimo de 15 dias e no máximo de 30 dias.
-
57. Considere:
- I. O seguro de vida.
 - II. Bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.
 - III. 20 salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
 - IV. Aparelho de ar-condicionado e aparelhos eletroeletrônicos sofisticados.
- Em regra, são absolutamente impenhoráveis os bens indicados APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) II, III e IV.
-
58. A casa onde Júnior reside com a sua família e é proprietário foi penhorada e arrematada em leilão judicial em execução de reclamação trabalhista da empresa X ocorrido há três dias. Júnior não é parte no processo e pretende interpor Embargos de Terceiro. Neste caso, considerando que não ocorreu a assinatura da respectiva carta de arrematação, Júnior
- (A) não poderá interpor Embargos de Terceiro porque este só pode ser proposto até o trânsito em julgado da lide.
 - (B) poderá interpor Embargos de Terceiro estando dentro do prazo legal previsto em lei.
 - (C) não poderá interpor Embargos de Terceiro porque o prazo para interposição em fase de execução já se esgotou.
 - (D) poderá interpor Embargos à Execução e não Embargos de Terceiro em razão da efetivação da penhora.
 - (E) deverá interpor agravo de petição e não Embargos de Terceiro em razão do encerramento do leilão judicial e da efetivação da arrematação.
-
59. Flávia arrematou um veículo modelo X, ano 2007, placa Y em hasta pública decorrente de execução de reclamação trabalhista da empresa XYZ. O veículo foi arrematado por R\$ 10.000,00. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Flávia deverá garantir um sinal de
- (A) R\$ 2.000,00 e depositar o restante em 24 horas.
 - (B) R\$ 2.000,00 e depositar o restante em 48 horas.
 - (C) R\$ 5.000,00 e depositar o restante em 24 horas.
 - (D) R\$ 5.000,00 e depositar o restante em 48 horas.
 - (E) R\$ 1.000,00 e depositar o restante em 24 horas.
-
60. São pressupostos recursais intrínsecos
- (A) o depósito recursal e o interesse recursal.
 - (B) o cabimento e o pagamento de custas.
 - (C) o interesse recursal e a legitimidade.
 - (D) a tempestividade e a legitimidade.
 - (E) o depósito recursal e a tempestividade.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

1. Responda fundamentadamente no que consiste a penhora, no Direito Processual do Trabalho, bem como quais são os seus efeitos.

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |